

*Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo**

*Ruptures of dressing:
articulation between fashion and feminist*

por *Juliana Teixeira Joaquim e Cristiane Mesquita*

RESUMO

O presente artigo tem como intuito investigar o movimento feminista nas décadas de 1960 a 1980, identificar ideologias e propostas de ruptura e evidenciar alguns de seus questionamentos na sociedade, mais especificamente no que diz respeito às relações com o campo da moda. Esta breve investigação da história do feminismo articulada à moda do século XX aponta para a recriação da identidade feminina a partir do discurso feminista. Esta articulação entre o contexto social e modos de vestir é produtiva para a compreensão do campo do *design* de moda como um fenômeno social e como uma linguagem que carrega em si valores individuais, políticos e sociais. Para tanto, Alves e Pitanguy, Goldenberg e Toscano, e Baudot são os principais referenciais teóricos e iconográficos.

Palavras-chave Movimento Feminista; *Design* de moda; Gênero

ABSTRACT

This article has the intention to investigate the feminist movement of the decades from 1960 to 1980, to identify ideologies and proposals of rupture and to evidence some of its questions in the society, more specifically more specifically with regard to relations with the field of fashion. This brief investigation of the history of feminism articulated to the XXth century fashion indicates the re-creation of feminine identity from the feminist discourse. This articulation between social context and modes of dress is productive for understanding the field of fashion design as a social phenomenon and as a language that carries within itself individual, political and social values. For this, Alves and Pitanguy, Goldenberg and Toscano, and Baudot are the main theoretic and iconographic references.

Keywords *Feminist Movement; Fashion Design; Gender*

Introdução

Este artigo propõe articular o movimento feminista e os principais conceitos do feminismo a determinados momentos da moda do século XX. Para tanto, será apresentada uma abordagem da evolução do feminismo e enfocados alguns dos principais momentos do movimento feminista na segunda metade do século XX. Na sequência, será investigada, de maneira sucinta, a silhueta e a moda feminina no mesmo período. O estudo desses assuntos possibilitou uma breve articulação entre as transformações ocorridas na moda a partir da década de 1960, e o contexto político/cultural em que o feminismo se insere. Desse modo, delinearemos alguns aspectos do feminismo ligados à questão da moda.

Discursivamente, o feminismo é definido como uma teoria de igualdade política, econômica e social. Para Ergas (1991), é mais uma questão histórica do que uma questão de definição¹, ou seja, não é tal como um substantivo, cujas propriedades possam ser determinadas de forma precisa e definitiva. O discurso feminista surgiu a partir da conscientização da opressão que atingia as mulheres, articulado por variados conjuntos de teorias e discursos centrados na constituição e legitimação dos interesses femininos. Para se contraporem, as mulheres passaram a elaborar discursos políticos próprios e se definiram como um grupo social com identidade própria: as feministas. Sendo assim, é preciso identificar o feminismo tanto como teoria que busca analisar as relações entre os sexos quanto como movimento social que luta pela superação das desigualdades e pela equiparação dos direitos das mulheres aos dos homens.

A proliferação do feminismo no século XIX se deve a alguns fatores, dentre os quais se destacam as mudanças ocorridas na organização da sociedade, a Revolução Francesa² e o processo de implementação e consolidação do capitalismo³.

Para lutar por seus direitos, as mulheres romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública. Como resultado, o século XIX caracterizou-se pela

1 Ergas aponta não para um movimento feminista, mas para uma série de teorias feministas que desencadearam movimentos particulares e adquiriram significados diferentes para contextos diferentes. O termo *feminismo* traduz um processo, e como todo processo, contém transformações e contradições. (ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher: O feminismo dos anos 1960-1980”, in: DUBY; PERROT, 1991, p.587-588).

2 Junto ao homem, a mulher participou na defesa dos princípios da Revolução Francesa. Os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade serviram de apoio às reivindicações das mulheres que buscavam seus direitos sociais e políticos, os quais, até então, eram exclusivamente masculinos.

3 A necessidade de mão de obra no processo da revolução industrial possibilitou a inserção feminina no mercado de trabalho e a ampla participação da mulher na esfera pública. O capitalismo contribuiu para desestabilizar os papéis sociais. A relação capitalismo, trabalho e feminismo é abordada por MÉNDEZ (2005).

existência de dois movimentos paralelos: de um lado, a luta por melhores condições de trabalho, centrada na desigualdade de direitos trabalhistas e na exploração da mão de obra feminina; de outro, a luta pela conquista de direitos civis, como o direito ao voto e à participação política. Esses movimentos, apesar de diferirem na origem e nos objetivos, foram organizações que questionaram o papel social da mulher e lutaram pela emancipação feminina⁴.

No decorrer do século XIX e princípio do século XX, alguns fatores contribuíram para a formulação de novos questionamentos nas relações entre homens e mulheres: o acesso a atividades remuneradas, a crescente escolarização, a participação política feminina, a expansão de uma produção intelectual e a divulgação das ideias feministas através de periódicos e outras publicações⁵. Embora não se possa estabelecer uma relação direta entre os movimentos feministas que se iniciaram na década de 1960 e as primeiras feministas, que atuaram ao longo do século XIX e começo do século XX, foi a partir das manifestações das primeiras intelectuais que lutaram pela emancipação da mulher que teve início o questionamento e a desestruturação das relações de gênero vigentes. A seguir, serão apresentadas algumas das principais características que marcam a retomada do movimento nos anos 1960, além de uma breve contextualização do mesmo no Brasil, para então serem expostos aspectos da história da moda e possíveis articulações.

O feminismo de 1960 a 1980: identidades e relações de gênero

O período da Segunda Grande Guerra foi um momento crucial no processo de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. Durante essa época, valorizou-se não só o trabalho feminino, mas também a inclusão da mulher na esfera social. A necessidade de mão de obra levou as mulheres a ocuparem espaços estritamente masculinos na esfera do trabalho.

A manipulação da participação pública feminina se deu por uma ideologia aparentemente progressista para incorporar a mulher ao mercado de trabalho. No entanto, com o fim do conflito e o retorno da força de trabalho masculina, uma contraideologia que valorizava a diferença sexual dos papéis sociais e atribuía à condição feminina o espaço doméstico foi fortemente reativada com o intuito de retirar as mulheres da esfera pública. Novamente, a inserção da mulher no mercado de trabalho foi desvalorizada, e elas voltaram ao cotidiano doméstico. Assim, a afirmação de igualdade entre os sexos se confundiu com a necessidade econômica

4 (ALVES; PITANGUY, 1982, p.41-42).

5 (MÉNDEZ, 2005, p.56).

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

daquele período⁶. Desse modo, o modelo normativo de mulher que exaltava as virtudes “naturais” do sexo feminino, que cobrava sua permanência no lar e associava a imagem de mulher ideal ao casamento e aos cuidados dos filhos constituía ainda um obstáculo para a emancipação feminina.

No fim da década de 1940, Simone de Beauvoir (1980) lança o livro intitulado *O Segundo Sexo*. Nele, a autora aponta para a necessidade de se romper com o papel tradicional feminino, para que então a mulher pudesse libertar-se das obrigações impostas pela sua condição sexual:

Em verdade, a natureza, como realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. [...] Os homens dizem ‘as mulheres’, e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas, mas não se põem autenticamente como Sujeito” (BEAUVOIR, 1980, p.13).

A libertação feminina só seria possível se as mulheres tomassem consciência de que sofriam uma opressão específica gerada pela sua condição de sexo e passassem a se reconhecer como sujeito, com uma identidade social própria. Essa análise de Simone de Beauvoir foi essencial na fundamentação do discurso feminista que ressurgiu a partir dos anos 1960. Foi nesse momento histórico que o feminismo incorporou novos discursos, além das reivindicações voltadas para as desigualdades políticas e econômicas que já estavam presentes desde seus primórdios. Nessa época também se consolidou uma manifestação que questionava as raízes culturais dessas desigualdades.

Na luta pela emancipação do “sujeito mulher”⁷ e consolidação da identidade feminina, nasceu um contradiscurso feminista. Segundo Alves e Pitanguy, o feminismo refutou a ideologia que justificava a constituição dos papéis sociais pela diferença entre os sexos, denunciou que este conjunto de ideias encobria uma relação de poder, e que a diferenciação de papéis estava baseada mais em critérios sociais do que biológicos. Como afirma Simone de Beauvoir, “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, ou seja, o masculino e o feminino são construções culturais adquiridas pelo processo de socialização, que condiciona os sexos a cumprirem funções específicas e distintas. Cada cultura apropria-se de um fator natural que marca uma distinção biológica entre sexo masculino e sexo feminino e os exacerba, naturalizando funções que são produtos de uma determinada socialização⁸.

A diferença sexual que inferioriza um dos sexos é construída pelos discursos que a fundam e a legitimam. Stolke (1980) afirma que “expressar as relações sociais em

6 Esse processo ocorreu com maior intensidade nos países diretamente envolvidos no conflito, em particular nos EUA e na Inglaterra.

7 (ALVES; PITANGUY, 1982).

8 (GOLDENBERG, 2001, p.2).

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

termos biológicos é um mecanismo ideológico para tornar fatos que são sociais, naturais e, deste modo, imutáveis”⁹. A natureza da mulher legitimava a assimetria sexual, e este reducionismo biológico camuflava as raízes de opressão feminina, que é resultado de relações sociais e não de uma natureza imutável.

O discurso feminista utilizou do conceito de gênero para desnaturalizar os papéis e as identidades atribuídas às mulheres, separando e evidenciando a diferença entre sexo e gênero. Enquanto o “sexo” é considerado como a dimensão biológica dos seres humanos, o “gênero” é definido pela cultura, é arbitrário, sendo produto social e histórico.

Os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar a palavra gênero no lugar de sexo. Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do sexo como questão biológica, mas sim eram definidos pelo gênero e, portanto, ligadas à cultura (PEDRO, 2005, p. 78).

Nesse sentido, pensando na construção cultural das diferenças sexuais, a categoria “gênero” passa a ser usada para combater o determinismo natural e biológico. As teorias feministas propuseram que o sujeito fosse considerado como uma identidade construída social e culturalmente ao longo da história. Há uma construção cultural da identidade feminina que é evidenciada pelo questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais, e nesse sentido, Rago (1998) afirma que “(...) há um aporte feminista específico, diferenciador, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo” (RAGO, 1998, p.7).

Os principais fatores constitutivos dessa mudança são decorrentes da entrada da mulher no mercado de trabalho e da separação entre a sexualidade e a reprodução. Com o advento da pílula anticoncepcional, a mulher pôde exercer maior controle de sua sexualidade, o que possibilitou o livre arbítrio sobre a função biológica de seu corpo e o acesso a uma sexualidade não reprodutiva. Esses fatores provocaram uma crise nas referências simbólicas organizadoras da sociedade a partir do deslocamento das fronteiras entre homem e mulher. Então, o padrão tradicional de ser mulher passa a ser questionado, e aquele ideário que busca a igualdade sexual entre homens e mulheres passa a ser difundido em detrimento do modelo que exigia da mulher a negação de sua sexualidade e a contenção de seu exercício sexual com fins de procriação. Desse modo, o feminismo propõe que o exercício da sexualidade se desassocie da função biológica de reprodução da mulher.

O contradiscurso feminista que emerge na segunda metade do século XX teve como característica a transgressão de padrões de valores pré-estabelecidos, não no sentido de uma negação absoluta dos limites estabelecidos, mas de um movimento que afirma novos valores, outros limites.

9 (STOLKE, 1980, apud GIFFIN, 1991, p.194).

O movimento feminista constituiu-se em um dos casos expressivos do processo de assimilação que foi lentamente depurando os aspectos de contestação e sobretudo obscurecendo o caráter de movimento cultural, até ficar reduzido a algumas conquistas usufruídas hoje normalmente pelas novas gerações, mas sem que elas possam ter a dimensão histórica desses comportamentos como resultados de amplos movimentos de natureza política e cultural. (HAUG, 1999, apud CARDOSO, p.194).

Nesse sentido, Haug aponta que as transformações que os movimentos feministas tinham produzido durante séculos eram absorvidas mais como produto inevitável do progresso tecnológico e da expansão econômica do que como resultado de uma luta contra a hierarquia entre os sexos. Os anos 1980 se caracterizaram por uma profunda indiferença manifestada pela nova geração de lutas feministas. Esse momento, denominado por Yasmine Ergas (1991) de “pós-feminismo”, é marcado por uma desmobilização política muito grande, um retraimento de todos os movimentos sociais organizados que, aos poucos, perderam o peso político-social que tiveram nas décadas anteriores.

Breve histórico do movimento feminista no Brasil

No Brasil, o feminismo, desde o seu surgimento, apresentou-se como um reflexo do que acontecia na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, esse movimento exibiu particularidades que só podem ser entendidas no contexto da formação cultural e econômica da sociedade brasileira. A situação de dependência em relação ao colonizador, atrelada à escravidão, e a influência da igreja católica como força política e instrumento de controle social são fatores diretamente responsáveis pelo patriarcalismo, conservadorismo e machismo brasileiros, elementos que permitem entender as especificidades do feminismo no Brasil¹⁰.

No Brasil, o feminismo se expressou na reivindicação pelo direito ao voto e pela conquista dos direitos civis no final do século XIX e no decorrer da segunda década do século XX. Nesse sentido, ele pode ser associado à consolidação do capitalismo, ao crescente processo de industrialização e a urbanização, fatores que provocaram mudanças significativas nas estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira. O ingresso da mulher no mercado de trabalho explicitou para o âmbito público os antagonismos de gênero presentes na sociedade brasileira, que estruturada pelo patriarcalismo e pelos conceitos pregados pela religião consolidou papéis sociais desiguais.

No entanto, mesmo em meio ao intercâmbio de ideias feministas que vieram da frequência das relações internacionais com intelectuais estrangeiros, durante o pe-

10 (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p.25).

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

ríodo da Primeira Guerra Mundial, o direito ao voto da mulher encontrava resistên-
cia entre os mais conservadores. A tese que justificava a posição do congresso con-
tra o voto feminino pode ser exemplificada pelo discurso do senador Muniz Freire:

Estender o voto à mulher é uma ideia imoral e anárquica, porque no dia em que for convertido em lei, ficará decretada a dissolução da família brasileira. A concorrência dos sexos nas relações da vida ativa anula os laços sagrados da família. (FREIRE apud GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p.27).

O reconhecimento do direito da mulher ao voto encontrava resistência na moral burguesa, no ideal de família. A presença feminina na esfera pública significava uma ruptura com a antiga divisão mulher/privado, homem/público¹¹; logo, a família seria ameaçada pela emancipação feminina.

Por maior que fossem as resistências masculinas, fundamentadas no conserva-
dorismo e nos discursos autoritários, a influência dos padrões de comportamento importados dos países do centro do sistema capitalista contribuiu para mudanças, mesmo que de forma lenta e gradual, em diferentes âmbitos da sociedade¹². Entre essas mudanças destaca-se a concessão do direito ao voto feminino de 1932.

O período de maior expressão do movimento de mulheres no Brasil foi na década de 1970. Em nosso país, o feminismo foi mais diluído, não foi tão intenso e radical quanto no exterior, e as reivindicações e organizações das mulheres ocorreram dez anos depois, se comparado aos movimentos que se desenvolveram na Europa e nos Estados Unidos.

No Brasil, o feminismo pode ser classificado, à semelhança do ocorrido no exterior, em dois principais momentos. O primeiro momento do feminismo organizado e atuante no país esteve articulado a outros movimentos socioeconômicos do período, como uma série de atividades populares por melhores condições de vida e ações políticas contra a ditadura militar. A participação da mulher na resistência à ditadura durante a fase de repressão política iniciada em 1964 contribuiu não apenas para insurgir contra a política vigente, mas caracterizou uma transgressão ao espaço tradicionalmente feminino, estabelecendo um conflito com padrões tradicionais de valores. Segundo Toscano (1992), esse foi um período de ampla conscientização a respeito da situação da mulher na sociedade brasileira¹³.

11 Alves e Pitanguy apontam que o feminismo, com maior intensidade a partir dos anos 1960, questionava a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por natureza, a cumprir papéis sociais opostos. Enquanto a mulher estaria predestinada ao mundo interno, devido a sua função de procriação, o mundo externo estaria reservado ao homem. (ALVES; PITANGUY, 1982, p.54-55).

12 (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p.28).

13 O Movimento Feminino pela Anistia, organização criada em 1975, tinha como objetivo a ação organizada de mulheres contra prisões, torturas, cassações de mandato e assassinatos provocados pelo governo militar.

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

Em um segundo momento, o feminismo brasileiro foi marcado por questionamentos específicos à condição feminina. Denominada “o novo feminismo”, a organização das mulheres no Brasil, a partir desse período, tem como ponto de partida a tese de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. As teorias feministas defenderam a igualdade de direitos, mas com a preservação das diferenças de gênero, porque, segundo Saffioti, “o que distingue, de um lado, a desigualdade e, de outro, a diferença, é que a diferença não é fonte de discriminação, enquanto a desigualdade o é” (SAFFIOTI in: GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p.63). Esse segundo momento do feminismo caracteriza-se por uma liberação da sexualidade feminina, a luta pela igualdade entre homens e mulheres se estende para o campo da sexualidade, e grandes transformações ocorrem em função da dissociação entre o livre exercício da sexualidade feminina e a procriação.

O feminismo foi impondo-se e questionando a relação homem-mulher. Assim, foram criadas organizações de mulheres que propunham análise e reflexão sobre a condição estereotipada da mulher brasileira. Entre encontros e publicações, algumas séries de jornais feministas circulavam no decorrer da década de 1970 e 1980; entre eles, o *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1975-1978) e o *Mulherio* (1981-1988). Aos poucos, a sociedade assimilou as reivindicações e questões levantadas pelo movimento feminista.

O fim dos anos 1980, no Brasil, se caracterizou por uma desmobilização política intensa, um retraimento dos movimentos sociais organizados. Após a luta contra o regime militar, as campanhas pelas eleições diretas marcam uma nova fase de reestruturação político-partidária do país; o feminismo deixou de ser específico e tornou-se difuso com a dissolução de muitas das organizações de feministas, as quais passaram a militar em partidos políticos e organizações não governamentais.

O movimento feminista é associado a mudanças sociais em outras esferas, tais como o surgimento e o crescimento dos movimentos políticos, a expansão dos meios de comunicação de massa e o próprio processo de redemocratização do Brasil. Todos eles tiveram influência determinante nas mudanças dos comportamentos de homens e mulheres no país. O feminismo suscitou discussões sobre questões específicas da mulher e criou fatos políticos que não podem ser ignorados e que, aos poucos, foram assimilados, tornando essas mudanças parte do cotidiano.

A moda e a silhueta feminina no século XX

Como sistema, a moda é uma formação essencialmente sócio-histórica, circunscrita a um tipo de sociedade e delimitada em sua extensão histórica.

É verdade que a moda, desde que está instalada no Ocidente, não tem conteúdo próprio; forma específica da mudança social, ela não está ligada a um objeto determinado, mas é, em primeiro lugar, um dispositivo

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

social caracterizado por uma temporalidade particularmente breve, por reviravoltas mais ou menos fantasiosas, podendo, por isso, afetar esferas muito diversas da vida coletiva. Mas até os séculos XIX e XX, foi o vestuário, sem dúvida alguma, que encarnou mais ostensivamente o processo de moda. (LIPOVETSKY, 2004, p.6).

Nesse sentido, a moda pode ser reconhecida como um processo de metamorfoses incessantes, associada à inconstância e à renovação de formas e linguagens. O vestuário, como setor inserido no processo da moda, consiste em uma linguagem constituída de significantes cujas conotações mudam constantemente, desvinculadas de seu contexto social específico.

A moda que antecedeu o período da primeira guerra mundial conservava uma silhueta longilínea que, em forma de ampulheta, dividia o corpo feminino acentuando a cintura pelo uso do rígido espartilho. O período de 1910 a 1914 caracterizou-se pelo primeiro conflito mundial. Como qualquer conflito preside a uma mudança de costumes, naturalmente a moda do período sofreu algumas modificações. A necessidade de a mulher assumir espaços tradicionalmente ocupados por homens estimulou a transformação radical da moda. Libertar o corpo feminino do espartilho foi inevitável, já que a atuação da mulher nas atividades industriais exigia o uso de indumentárias adequadas para esse fim. Dessa forma, Braga (2005) aponta que as principais características da moda dos anos de 1920 já estavam definidas em fins da década de 1910.

Chamados de “anos loucos”, a segunda década do século procedeu a rupturas. A silhueta curta e tubular caracterizou o aspecto dessa moda associada à simplificação de formas, negando qualquer referência curvilínea. As saias e vestidos encurtaram, ficando logo abaixo dos joelhos, e logo, a mulher mostrou as pernas. O corpo mudou. O deslocamento da cintura para a altura do quadril, os achatadores de seios usados para manter a silhueta reta, e as cintas que anulavam o volume do quadril deixaram a mulher desse período andrógina.

O aniquilamento das formas curvilíneas foi contestado pela moda dos anos 1930, momento em que os padrões tradicionais de feminilidade são revalorizados. A cintura levemente acentuada por uma cinta ou espartilho volta para evidenciar as formas femininas, negando o corpo andrógino característico da década anterior. Entretanto, o vestuário feminino do fim dos anos 1930 e começo da década de 1940 foi marcado por certa masculinização, sobretudo nas formas. Com o prenúncio da Segunda Guerra Mundial, e o regresso das mulheres ao trabalho na indústria, as roupas femininas passaram a ser influenciadas especialmente pelos uniformes masculinos, o que originou os ombros marcados e as modelagens estruturadas.

Essa feminilidade perdida durante o período bélico foi resgatada por Christian Dior nos últimos anos da década de 1940¹⁴. A silhueta de cintura marcada e saias volumosas da mulher no pós-guerra remetem a um modelo clássico de beleza feminina. No fim da década, a moda tornou-se novamente feminina, a cintura

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

voltou a ser afinada e as saias em godê guarda-chuva traziam volume aos quadris, verdadeiro gosto daquele momento.

A moda da segunda metade do século XX marcou-se por inúmeras mudanças. De 1960 a 1980, a transformação da moda ocidental foi radical. A partir desse período não houve mais uma proposição de moda unívoca, mas uma diversificação de estilos como referências de moda.

De maneira geral, os anos de 1960 foram caracterizados por um período de inúmeras transformações na sociedade, no qual a juventude se manifestou e se impôs. O visual de contestação dos jovens expressou-se em uma moda autônoma, própria das camadas jovens da sociedade¹⁵. A moda passou a se concentrar na juventude e a ser associada a determinados comportamentos; por meio dela, os jovens buscavam uma identidade própria. Probert (2006) aponta que essas mudanças foram consequências de uma incerteza quanto ao futuro e de um desejo de se rebelar; assim, os jovens foram firmando seus valores e suas modas¹⁶.

Essa rebeldia manifestou-se em uma espécie de popularização na maneira de se vestir, de modo que a semelhança da roupa impedia classificar as diferentes classes sociais. Outro fator que favoreceu a popularização da moda, bem como a multiplicação de seus discursos, foi o desenvolvimento de uma nova maneira de produzir roupas, o *ready to wear*¹⁷, com a produção de moda em escala industrial, o que possibilitava a reprodução de um mesmo modelo em numeração variada.

As roupas da década de 1960, em relação à silhueta, estabeleceram uma nova tendência. Descritas por Laver (2006) como “duras e geométricas, eram eróticas no quanto desnudavam (ou quase) o corpo”¹⁸. Em meados dessa década, as saias chegaram à altura das coxas, eram mais curtas do que haviam sido durante o século, mesmo nos “anos loucos”, na década de 1920, quando, pela primeira vez, as saias encurtaram e as mulheres mostraram de fato as pernas. A moda de ruptura simbolizou os anos 1960, do corpo revelado sob a minissaia¹⁹

14 Em 1947, Christian Dior lançou uma proposta de moda feminina, denominada New Look, inspirada nas cinturas marcadas e saias volumosas da segunda metade do século XIX. (BRAGA, 2005, p.82).

15 (BAUDOT, 2002, p.188).

16 (LAVÉ, 2006, p.261).

17 Os franceses se apropriaram do termo transformando o *ready to wear*, pronto para uso, em *prêt-à-porter*.

18 (LAVÉ, 2006, p.261).

19 A difusão da minissaia pode ser associada a André Courrèges, *designer* de moda francês que deu aspecto de dinamismo e modernidade com seus minivestidos, saias muito curtas. Na Inglaterra, a influência foi de Mary Quant, que difundiu a minissaia Saint-Tropez: um modelo de saia cujo corte era feito de forma que a peça ficasse justa nos quadris, logo abaixo da cintura. (O'HARA, 1993, p.242).

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

junto com o visual de menina²⁰.

Mais para o fim da década, Yves Saint Laurent introduz em suas coleções elementos do vestuário formal masculino. Apropriou-se do *smoking* para criar uma alternativa ao vestido de noite, com calças, o *Le smoking*. Uma versão feminina do traje clássico masculino, adaptada das técnicas da alfaiataria masculina.

Orientada pela juventude, a moda da década de 1970 tornou-se cada vez mais diversificada, e essa pluralidade de opções proporcionou sua grande democratização. Houve dois elementos marcantes nesse período: a substituição da silhueta rígida e geométrica da minissaia por linhas longas e desestruturadas, e a crescente masculinização visual da mulher, que almejava se firmar como independente e trabalhadora, fazendo, assim, o uso constante de calças e roupas de cortes masculinos. O corpo é novamente revelado pelas roupas que o cobriam, como na década de 1950, ao invés de o ser pela roupa que havia sido retirada conforme ocorreu nos anos 1960.

Durante os anos 1980, houve uma tendência de vestuário que foi reflexo de um posicionamento feminino no mercado de trabalho. Paletós, jaquetas e calças apresentaram cortes masculinos ao longo de toda a década e início dos anos 1980. Há de se recordar que os empréstimos entre o vestuário feminino e masculino tornaram-se frequentes a partir de 1960. A moda unissex que surgiu na segunda metade dessa década consolidou-se nos anos 1970, quando os mesmos vestuários passaram a ser usados por ambos os sexos. Nesse sentido, Braga aponta que “todas as tribos (urbanas) eram compostas por ambos os sexos, e as características visuais pertenciam a todos, com sutis peculiaridades do que era do masculino e do que pertencia ao feminino” (BRAGA, 2005, p.97). Não havia mais tanta diferença de linguagens entre o vestuário masculino e feminino. Cada vez mais aquilo que foi a moda unissex caminhava para o aspecto de androginia, uma das características da década de 1980.

Para as mulheres, o *power suit* com ombreiras que acentuavam os ombros, típico de meados da década de 1980, tornou-se afirmação de autoridade, símbolo de confiança e ambição que projetava a ideia de uma mulher de negócios. Os cabelos curtos penteados para trás completavam o visual de poder.

A década de 1980 propiciou uma proliferação de múltiplas formas, uma profusão de linguagens e contrastes, em que os opostos começaram a conviver em harmonia.

20 De modo geral, Mendes e Haye (2003) apontam para Twiggy como o ideal de modelo da década de 1960. Ela difundiu um corpo adolescente, uma aparência de menina com cílios postiços nos olhos, além do uso de cabelos penteados para o lado como os de um garoto.

Articulações entre moda e feminismo

O vestuário, sendo uma das formas mais significantes inserida no sistema da moda, adquire fundamental importância na construção social do sujeito. A moda, como portadora de significados ideológicos, determina, em contextos históricos e culturais específicos, aspectos das relações sociais de poder e gênero. Segundo Crane (2006), esse campo favorece a manutenção e/ou a subversão das fronteiras simbólicas entre os sexos²¹.

Nas palavras da autora, “nas décadas de 1920 e 1960, a pauta da moda revelou-se mais progressista para as mulheres ao reformular sua aparência em consonância com as mudanças ocorridas em seus papéis sociais e no restante da sociedade” (CRANE, 2006, p.53). Nesse sentido, podemos considerar que o uso do vestuário foi um dispositivo social que estabeleceu o que Crane define como “pauta social”: o vestir motivado pelo contexto social em que foi inserido.

Thébaud define o século XX como delineado por imagens de mulheres²² que “tomaram o controle de suas identidades visuais, sublinhando o desafio político da representação, quebraram o estereótipo e propuseram múltiplas vias de representação social”²³. Nesse sentido, o modo de vestir, nesse momento histórico, assumiu um caráter eminentemente político. Seu potencial crítico, subversivo e desestabilizador rompeu com padrões de representação feminina, particularmente os que têm fortes associações de gênero, propondo, assim, múltiplas concepções de subjetividade.

Apesar de os anos 1920 serem classificados como anos de ruptura, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que houve uma verdadeira modificação nas relações masculino/feminino. O período das duas guerras mundiais contribuiu para desestabilizar os papéis sociais de gênero, uma vez que possibilitou integrar a mulher à sociedade pela necessidade de substituir a mão de obra masculina na indústria. Entretanto, esse fenômeno era mais uma necessidade econômica gerada pela guerra, do que uma afirmação de igualdade entre os sexos. Assim, com o fim da guerra, restaurou-se uma perspectiva profundamente conservadora em relação aos gêneros, atribuindo-se novamente à mulher o espaço doméstico.

Até a década de 1950, acreditava-se na ideologia que valorizava a diferenciação de papéis sociais e na crença de identidades de gênero fixas, fundamentada em fatores biológicos. Dessa forma, o vestuário apresentava-se como um elemento de controle social por meio do qual a ideologia dominante se impunha. A moda

21 (CRANE, 2006, p.21).

22 As imagens a que Thébaud se refere são: a *garçonne*, consequência do movimento feminista do começo do século e da primeira grande guerra, a “mulher emancipada”, produto da pílula anticoncepcional, e a *superwoman*, resultado do feminismo nos anos 1980.

23 (THÉBAUD, Françoise, p.11, in: DUBY, Georges; PERRON, Michelle, 1991).

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

feminina constituía-se como um dos mecanismos que reforçava a distinção de gênero ao acentuar os atributos simbólicos de feminilidade²⁴ e limitar para homens e mulheres posições sociais distintas e opostas.

A silhueta feminina e a moda que permearam os anos de 1960 e 1970 foram símbolo de uma mudança no comportamento da mulher. A roupa libertava o corpo, e a silhueta magra e esguia afrontava a feminilidade padronizada dos anos pós-guerra. Esse comportamento pertinente às mulheres emancipadas pode ser associado ao advento do feminismo, especificamente ao discurso de gênero. Dessa forma, as mulheres romperam padrões e a incorporação de alguns elementos no vestuário, como a calça, pode ser vista como forma de protesto à sociedade conservadora.

O uso generalizado da calça comprida, bem como a apropriação de *blazers*, jaquetas masculinas e *smokings* (ver Figura 1), significava sutilmente a apropriação de elementos anteriormente restritos ao masculino. Pode ser vista como uma reivindicação de igualdade para além do âmbito econômico e social, uma forma de resistência às fronteiras de gênero, a partir do questionamento do papel tradicional da mulher, visando à liberdade e igualdade.



Figura 1 – “A linha homem”. São Paulo: Abril, n. 769, p.80, 01 jun. 1983.

A imagem anterior deixa perceber que a incorporação de calças, camisas, ternos e gravatas, tradicionalmente associados ao universo do homem, possibilitou, mesmo que visualmente, uma certa diluição dos papéis sexuais. Nota-se, pelo modo de vestir o corpo, bem como pela sua expressão, uma proposta de concepção de beleza e feminilidade que rompe com padrões de subjetividades tradicionalmente ligadas ao feminino.

24 O que é entendido por tipicamente feminino e tipicamente masculino não são imagens que correspondem a valores universais e atemporais. São construções culturais que foram naturalizadas historicamente. “As feministas veem a feminilidade hegemônica como um conceito de feminilidade baseado em padrões masculinos de aparência feminina, os quais enfatizam atributos físicos e sexualidade e estimulam as mulheres a olhar para si mesmas como os homens as olhariam”. (CRANE, 2006, p.51).

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

Nesse sentido, segundo Prost (1992), “o desaparecimento dos papéis sexuais pode ser lido com clareza na diminuição do uso de saias: em 1965, é a primeira vez que a produção de calças de mulher supera a de saias, e em 1971, são fabricados 14 milhões de calças, num total de 15 milhões de roupas” (PROST APUD KLANOVICZ, 2008, p.184).

A popularização do uso da calça entre as mulheres foi incorporada principalmente pelo uso do unissex (ver Figura 2). A demarcação das fronteiras entre os sexos parecia irrelevante, contribuindo para diminuir as distâncias entre a moda masculina e a moda feminina.



Figura 2 – Sonny and Cher. Baudot, François.
São Paulo: Cosacnaify, 2008, p.227.

De modo geral, a perspectiva de igualdade de papéis sociais fez com que a mulher começasse a impor um vestir que procurava questionar e, até certo ponto, eliminar as diferenças entre os vestuários femininos e masculinos. As noções fixas de identidade de gênero foram gradualmente desaparecendo, e a diversidade de linguagens de vestuário, ao final do século XX, aponta para uma multiplicidade de identidades femininas.

Considerações finais

A investigação da história do feminismo articulada à moda do século XX aponta para a recriação do feminino por meio da elaboração de um contradiscurso feminista. O feminismo assumiu um discurso próprio, de caráter crítico, subversivo e desestabilizador. Este afrontou uma cultura de unanimidade e conformidade, questionou normas e papéis pré-estabelecidos, transformou modelos e padrões.

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

O denominador comum dos movimentos feministas foi a reivindicação de igualdade para além do âmbito econômico e social, a partir do questionamento do papel tradicional da mulher. Ao longo de suas manifestações, o feminismo foi impondo-se, discutindo e desestruturando as relações de gêneros.

A partir da percepção do feminino como uma construção social, o discurso feminista promoveu uma recriação da identidade da mulher que negava o determinismo biológico. Os campos do *design* de moda e da imagem de moda são capazes de revelar a complexidade das relações de gênero e das subjetividades surgidas a partir de seu reconhecimento como cenário de construções culturais, ao longo da história. Alguns dos aspectos dessas construções caracterizam modas que podem ser identificadas à emancipação da mulher.

Nesse sentido, podemos considerar que a moda contribuiu para redefinir identidades sociais, desfigurou algumas das fronteiras simbólicas entre o masculino e o feminino, sendo motor e reflexo das mudanças da condição feminina.

Referências Bibliográficas

- > ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- > BAUDOT, François. **Moda do século**. São Paulo: Cosacnaify, 2008.
- > BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- > BRAGA, João. **História da Moda: uma narrativa**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.
- > CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Senac, 2006.
- > DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **Histórias das mulheres no ocidente: O século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- > GOLDENBERG, Mirian; TOSCANO Moema. **A revolução das mulheres: Um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- > LAVER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- > LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- > MENDES, Valerie; HAYE, Amy de la. **A moda do século XX**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- > MESQUITA, Cristiane. **Moda contemporânea: quatro ou cinco conexões possíveis**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2007.
- > O´HARA, Georgina. **Enciclopédia da moda**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Artigos e periódicos

- > “A linha homem”. **Veja**. São Paulo: Abril, n.769, p.80, 01 jun. 1983.
- > GIFFIN, Mary Karen. “Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social”. Rio de Janeiro: Cadernos de saúde pública, 1991. Disponível em: GIFFIN, Mary Karen. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. Acesso em: 17/03/2011.
- > GOLDENBERG, Mirian. “Sobre a invenção do casal”. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro: v.1, n.1, p.89 - 104, 2001.
- > KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. “Moda na saia justa”. Disponível em: http://ufsc.academia.edu/LucianaKlanovicz/Papers/165736/Moda_na_Saia_Justa. Acesso em: 28/03/2011.
- > MÉNDEZ, Natalia Pietra. “Do lar às ruas: Capitalismo, trabalho e feminismo”. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2005/artigo3.pdf>. Acesso em: 13/06/2010.

Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo

- > PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. In: **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em 16/10/2011.
- > RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. Disponível em: http://www.nutead.org/gde/downloads/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em: 17/03/2011.
- > TILLY, Louise A. “Gênero, história das mulheres e história social”. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/pagu03.03.pdf>. Acesso em: 17/03/2011.

* Este artigo apresenta parte de uma pesquisa de iniciação científica realizada sob orientação (oculto de modo a proteger o anonimato no processo de avaliação), e com apoio da pró-reitoria acadêmica (oculto de modo a proteger o anonimato no processo de avaliação).

Juliana Teixeira Joaquim, graduanda em Design de Moda/ UAM – Universidade Anhembi Morumbi

j.juteixeira@gmail.com

Cristiane Mesquita, mestre e doutora em Psicologia pelo Núcleo de estudos e pesquisas da subjetividade (PUC/SP). Professora e pesquisadora do Programa de pós-graduação em Design da Universidade Anhembi Morumbi/SP. Seus temas de pesquisa incluem interações entre design, corpo, subjetividade, processos de criação e arte contemporânea.